



**ÁVILA, Leandro. *O liceu angrense da Primeira República aos alvores do Estado Novo*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2019. 284pp. ISBN 978-972-9220-47-0**

Depois de ter feito chegar ao nosso conhecimento o estudo que realizou para a sua tese de doutoramento, *O Liceu Nacional de Angra do Heroísmo nas décadas finais da Monarquia*, publicado em 2018 pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, Leandro Ávila traz-nos, um ano depois, sob a mesma chancela e com o apoio da Câmara Municipal daquela cidade, como que uma continuação do seu trabalho sob o título *O liceu angrense da Primeira República aos alvores do Estado Novo*.

Abra-se um parêntese para desde já, numa primeira nota, saudar e aplaudir o apoio das instituições locais à publicação destes dois trabalhos de investigação em História da Educação, classificáveis no

âmbito da História das Instituições Educativas.

Pareceria constituir-se a obra em análise como uma primeira resposta ao repto lançado por Luís Alberto Marques Alves quando, no final das páginas que dedicou à recensão de *O Liceu Nacional...*, incluída no nº 24, de 2020, da *Sarmiento* afirmou tratar-se de “um livro que vem preencher um espaço monográfico liceal ainda não navegado, mas que abre o apetite para uma continuidade que nos traga até à sua ‘extinção’ ou melhor fusão com a Escola Industrial e Comercial, dando origem à atual Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade” (p. 310).

De facto, este novo livro foi publicado em data anterior ao “desafio” e supõe-se que se possa basear no trabalho de pesquisa do autor para a elaboração da sua dissertação de mestrado, a qual versou o percurso da instituição liceal terceirense nos períodos compreendidos entre 1916 a 1933 com as devidas atualizações dada a “antiguidade” da dissertação. Continua, no entanto, em aberto o incitamento para prolongar a investigação até à formação da Escola Secundária tal como feito pelo ilustre autor citado e que subscrevo.

A organização do livro passa por uma Introdução e quatro capítulos e, naturalmente, umas Considerações Finais a que acrescem a indicação das Fontes e Bibliografia, além de dois apêndices, sendo o primeiro constituído por indicações estatísticas da população estudantil e sua distribuição por sexos no período entre 1910/11 e 1932/33 e o segundo uma listagem dos professores, efetivos e provisórios, que exerceram em cada ano letivo no liceu de Angra nesses mesmos anos.

No primeiro capítulo, destinado a “clarificar os diversos fatores que estiveram na origem da mudança de categoria – Nacional / Nacional Central”, é tratada a odisseia legislativa e prática no que respeita à classificação da categoria do estabelecimento escolar de Angra e consequentes efeitos na existência, ou não, de cursos liceais completos. Houve já perto do final da segunda década do século XX a atribuição do estatuto de Nacional Central ao Liceu de Angra do Heroísmo, mas, na prática, foi sempre difícil de concretizar e aconteceu como que um vaivém levando à retirada do estatuto quando os órgãos locais, que deviam prover à cobertura do acréscimo das despesas devido à mudança de categoria, a Junta Geral e as Câmaras Municipais, não tinham condições para o fazer, o que era a situação mais normal se não houvesse algum imposto específico destinado a esse fim e à sua posterior recuperação quando as condições de instabilidade política e dificuldade orçamental davam alguma folga.

Neste capítulo a principal preocupação está pois em seguir a movimentação local em volta da problemática da categoria do liceu o qual, inicialmente, foi incluído juntamente com a grande maioria dos liceus existentes no país, na categoria de Liceu Nacional, uma condição que não permitia o leccionamento do curso liceal completo de seis anos, limitando-se aos quatro primeiros anos, isto é, ao curso geral o que impossibilitava o acesso direto às escolas superiores e universidades. O objetivo, que já vinha dos tempos da monarquia, era ascender à categoria de Liceu Nacional Central, o que foi conseguido a partir do ano letivo de 1917/1918 em que se passaram a aceitar matrículas nos cursos complementares de ciências e de letras.

Esta mudança de categoria, à qual se associava um certo consenso “atendendo aos benefícios económicos que um Liceu Nacional Central traria” acarretava, por outro lado, um aumento das despesas que tiveram que ser assumidas pelas “corporações administrativas do distrito de Angra do Heroísmo,” nomeadamente a Junta Central e a Câmara Municipal da cidade, o que nem sempre foi fácil de satisfazer e está na origem de um processo algo complexo de ações e compromissos dos intervenientes locais os quais são descritos com algum pormenor nesta parte da obra.

Claro que os “consensos” obtidos nunca são duradouros quando há interesses que acabam beliscados e quando os cofres públicos não estão abastados e, em função disso, a solução óbvia é o aumento da carga fiscal, sobretudo quando o entendimento sobre a valia da Instrução Pública é feito em confronto com outros valores e, segundo o que algumas vezes clamavam, “outras instituições de superior utilidade [estavam] quase ao abandono”.

É a descrição de todo este debate sobre a categoria do liceu e de todo o percurso de sinuosidade assinalável, com avanços e recuos, que o autor nos faz com pertinência baseado em múltipla documentação original, nomeadamente atas dos organismos envolvidos, relatórios oficiais e notícias e comentários publicados na imprensa local.

Aparecem, ainda neste capítulo, vários dados estatísticos relacionados com os alunos do liceu, incluindo algumas notas sobre a frequência do liceu no período temporal de 1916-1933, mostrando o número de estudantes matriculados na quinta e última classe do curso geral o qual, em média,

se estabeleceu nos vinte alunos por ano e o número daqueles que nos anos letivos subsequentes se matricularam na sexta classe, a inicial do curso complementar, que foi, em média, de doze alunos por ano, isto é, eram apenas sessenta por cento os alunos que continuavam os estudos, dados estes que não favoreciam, na altura, a manutenção dos cursos complementares e invalidavam alguns dos argumentos dos seus defensores.

Para completar o capítulo é feita uma incursão pelas condições físicas e materiais do liceu expondo a sua precariedade e degradação, fruto de continuar em uso um antigo convento franciscano e de as verbas disponíveis para reparações e melhoramentos serem bastante parcas. Aliás, como o próprio autor faz questão de assinalar, o panorama não era muito diferente do que existia no resto do país, em particular fora das três ou quatro cidades mais importantes, agravado, quiçá, pelas condições periféricas da região açoriana.

Refira-se, como merecedor de encómios, o número significativo de fotos da época que são apresentadas, pela ilustração em si, mas não só, já que algumas falam por elas mesmo e fazem uma aproximação visual, cem anos depois, às condições do ensino liceal da época.

O capítulo primeiro, que se espraia por quarenta páginas, inclui, nas dezasseis finais, treze reproduções fotográficas com representação de alunos, de professores, do edifício, de salas de aula, de gabinetes e biblioteca, de espaços expositórios e outros, tendo sido quase todas obtidas na segunda década do século XX, com exceção de uma de 1933 e outra cuja datação não é segura.

Se a primeira parte do trabalho ocupa quarenta páginas, o segundo capítulo fica-se pelas trinta e nove, assim como o quarto, e só o terceiro foge a esta homogeneidade com apenas vinte; mas todos são de igual modo profusamente ilustrados com reproduções que se constituem como parte significativa desta obra.

Por exemplo, no segundo capítulo, dedicado à “comunidade escolar”, há um total de 11 fotografias de professores e alunos, de reitores, dos espaços da reitoria e da secretaria, assim como do gabinete médico, a maioria da década de 1920, exceto a do “corpo docente”, de 1932, e a do conjunto dos corpos docente e discente obtida no ano letivo de 1931/32.

Neste capítulo “encontram-se [...] os dados que permitem conhecer a população liceal” com destaque para a parte dedicada aos alunos onde são expostos dados e factos sobre três aspetos, concretamente, as classes sociais de origem dos alunos, os apoios aos alunos com maiores dificuldades económicas e o aproveitamento escolar.

No que diz respeito ao primeiro conclui o autor, sem grande surpresa, pela permanência de um ensino em que os alunos eram provenientes muito maioritariamente das classes burguesas urbanas e mesmo, embora com menor expressão, das rurais, um ensino elitista destinado a perpetuar a estratificação social vigente.

Um segundo aspeto que é realçado é o dos apoios e da mobilização dos alunos para se entreajudarem para lá das medidas oficiais de incentivo através da isenção total ou parcial do pagamento de propinas mediante certas condições relacionadas com o grau de sucesso escolar e

o seu comportamento. A considerar ainda a existência de cidadãos que disponibilizavam meios para ajudar esses alunos o que é realçado no texto a par das situações anteriores.

O rendimento escolar é apresentado em termos estatísticos em alguns quadros, destacando-se o valor do sucesso sempre atingindo, valores relativamente altos, pese embora os abandonos não serem contabilizados na coluna dos reprovados.

Na comunidade escolar convocada nesta parte da obra incluem-se, além dos alunos, os professores e os então chamados “empregados menores”, isto é, os contínuos e porteiros. Sobre eles há algum desenvolvimento nomeadamente dos aspetos relacionados com as condições a que tinham legalmente de satisfazer para poder concorrer para o quadro de pessoal e a distribuição pelos vários tipos de serviço que é atribuída a cada um destes funcionários. Distribuição que prova à sociedade a sua indiscutível importância enquanto sustentáculos da gramática escolar. Cabem-lhes atividades tão diferentes como o “apoio a alunos e professores, bem como à limpeza e manutenção das instalações e controlo da disciplina sobre os alunos”, sendo em determinados momentos do ano letivo, em função das necessidades, encarregados dos vários gabinetes associados às disciplinas escolares e da biblioteca além de, mais permanentemente, coadjuvarem o médico escolar no respetivo gabinete.

“O terceiro capítulo é reservado à imprensa académica que [...] se assume como veículo de difusão cultural”. Aí se incluem imagens do cabeçalho de seis diferentes publicações da responsabili-

dade de grupos de alunos que existiram, não simultaneamente, ao longo do período estudado e que, dando jus à designação dada a esta imprensa, têm todas elas a palavra Académica(o) no título exceto uma publicação designada de *Os Novos*.

Há ainda uma fotografia datada de 1927 de um grupo de cerca de sessenta pessoas apresentada como sendo referente a “alunos liceais e antigos alunos” tendo como fonte uma das publicações acima referidas. São desfiados um a um os artigos, os colaboradores, os projetos, os sucessos e os insucessos, dissecam-se o conteúdo muitas vezes literário, incluindo poesia, nomeadamente sonetos e relembram-se as polémicas em que se envolveram estes jornais estudantis, sempre com alguma ligação à Associação de Estudantes, conhecida como Academia Angrense, mas quase todos eles de vida breve.

Notável exceção para o periódico *Vida Académica* que percorreu todo o Estado Novo, já que teve a sua primeira edição em finais de 1932, e continuou depois da reinstalação da democracia política em 1974, sendo que no ano vigésimo primeiro do século XXI ainda existe, agora sob forma eletrónica. A longa vida desta publicação é motivo óbvio para a clara extração das barras cronológicas do estudo, estendendo assim o capítulo que, nem por isso, deixa de ser o de menor dimensão entre todos.

Este capítulo é, de algum modo, um complemento ao anterior no que se refere aos alunos, sendo descrita aqui, com algum pormenor, uma atividade extracurricular de alguns grupos de estudantes que conseguiu, por vezes, captar colaboração externa, em particular de antigos alunos,

mas não só. Facto deveras assinalável é a publicação de uma entrevista com o General Gomes da Costa cerca de um mês depois do seu afastamento da direção governamental, substituído pelo General Carmona, dois nomes que ficaram na história do regime ditatorial que se instalou após o 28 de maio, mostrando que a intervenção estudantil não se limitava ao interior dos muros do liceu.

Finalmente, o capítulo quarto, que “foca a dinâmica do Liceu angrense”, consta de uma análise/exposição mais ligada à vida concreta, realçando os aspetos que parecem mais significativos da atividade da respetiva comunidade escolar durante o período considerado, em contraste com os anteriores, mais preocupados com a apresentação de dados e a descrição miúda dos acontecimentos. São trinta e nove páginas, o que acentua a quase homogeneidade da distribuição do texto pelos diversos capítulos com a única discrepância, já salientada, do capítulo que imediatamente o precede sobre a imprensa estudantil.

Há alguma narrativa sobre o funcionamento do liceu e as dificuldades para o manter em situações mais específicas como, por exemplo, os surtos epidémicos e pandémicos que surgiram na época abrangida pelo estudo. De assinalar também a capacidade que grupos de estudantes tiveram, em momentos determinados, para causar perturbações no normal funcionamento da instituição liceal, incluindo a participação no movimento revolucionário de 1931 contra a ditadura que se cimentava, assim como as movimentações grevistas em defesa dos seus interesses, mesmo em períodos anteriores, contra a legislação que

os governos publicaram e que não ia ao encontro das suas pretensões.

Neste contexto, é feita referência breve às aspirações associativas dos alunos e à sua dependência face aos órgãos dirigentes do liceu, sendo que a parte mais desenvolvida deste capítulo estuda a dinâmica cultural onde a organização estudantil do liceu desempenha um papel de certo relevo.

De notar a interação “comunidade liceal” versus “sociedade terceirense” ou, mais especificamente, “angrense” num movimento de duplo sentido que se exteriorizava através da saída dos alunos para o exterior nas chamadas visitas de estudo e excursões sempre acolhidos com simpatia pelas populações, ou através de manifestações de tipo cultural, como sejam récitas teatrais, a que a população aderira e onde marcava presença. Em 1928 os estudantes abalancharam-se mesmo a organizar bailes de Carnaval e, fruto das relações amistosas existentes, tiveram o apoio do próprio Governador Civil que lhes cedeu a “sala das carrancas do Palácio dos Capitães Gerais” para a realização do evento que, diga-se, foi substancialmente organizado por uma comissão de “damas da sociedade angrense” que anuíram ao convite que lhes foi feito pela Academia estudantil. Refira-se que a finalidade última destas manifestações seria a angariação de fundos para ajuda a estudantes menos abastados ou com dificuldades, especialmente os que vinham de outras ilhas e que, por isso, tinham as suas despesas acrescidas.

Havia ainda um “intercâmbio” estudantil que se concretizava com visitas mútuas e troca de correspondência entre os estudantes dos três distritos açorianos,

mas, também, pela recepção de estudantes vindos do continente nomeadamente das universidades do Porto e a de Coimbra.

São incluídas imensas fotografias, nada mais, nada menos, que dezasseis, sendo sete delas obtidas entre 1931 e 1934, as restantes da década de 1920, verificando-se que várias se referem a visitas/excursões de estudo, havendo um conjunto delas que tem a ver com a prática da Educação Física na escola. Há, portanto, fotografias do ginásio, de aulas de Educação Física em funcionamento e da equipa de futebol. Há mais fotografias nomeadamente do "grupo dramático" e do "salão de atos solenes" e de grupos de estudantes de outras escolas em passeio aos Açores.

Assinale-se que as visitas a outros liceus não eram, normalmente, simples passeios ou cortesia. Em particular, é referida uma das visitas dos estudantes de Angra a Ponta Delgada onde se associaram às festas da Educação Física promovidas pelo liceu local, num tempo e num contexto em que à ginástica e à educação física em geral era dado um relevo justificado pela perceção do seu relacionamento com a "saúde escolar" que também mobilizava a prática do "desporto escolar" nomeadamente o futebol.

Contexto e ambiente criados desde os finais do século XIX quando o debate sobre a obrigatoriedade da existência da ginástica como disciplina nas escolas secundárias se tornou ensurdecedor, sendo que, num primeiro tempo, o discurso mais evidente era o patriótico e militarista que nunca se ausentou completamente. Em geral, o argumento partia da comparação entre os tempos passados de glória da nação portu-

guesa e o sentimento existente de acentuada degradação da "raça" e o que que estaria em causa seria a própria sobrevivência do povo e do país enquanto nação independente. Por outro lado, as ideias e projetos que iam surgindo a nível internacional acerca dos modelos de educação integral e dos tipos de ginástica apropriados também não estiveram ausentes do debate interno e a comparação com a realidade portuguesa criou um cenário dramático. A síntese destas duas visões propunha como solução a adoção dos métodos mais avançados de ginástica tornando-a uma disciplina escolar obrigatória e dando-lhe continuidade com a apropriada instrução militar, se possível no interior das escolas, o que era uma solução patriótica que não poderia ser recusada.

Na viragem do século acabou por se tornar predominante o discurso higienista, portador de uma nova racionalidade. São inúmeros os artigos na imprensa em particular certa imprensa da capital que se poderia chamar de especializada como era *O Tiro Civil / Tiro e Sport*, redigidos por médicos, pedagogos e professores de ginástica entre outros, que fazem apelo direto aos conhecimentos científicos para justificar a defesa da obrigatoriedade da ginástica nas escolas a qual veio a ser legislada, para o ensino secundário, em 1905.

Desde aí até aos anos do período para o qual esta obra historia o Liceu de Angra do Heroísmo foi esta visão que predominou, embora nunca subjugando completamente a visão patriótica e, a bem dizer, nacionalista, como os anos seguintes viriam a comprovar largamente.

Concluimos com três breves notas. A primeira para destacar a importância que as fotografias assumem neste trabalho,

que deveras valorizam, contando-se um total de 47 distribuídas pelas 155 páginas do texto; a segunda, para sinalizar que a resposta *avant la lettre* ao repto de dar continuidade ao trabalho iniciado no âmbito deste estabelecimento escolar é bem sucedida e decerto merece continuidade; a terceira, é para assinalar que há nesta obra, frequentes vezes, um extravasamento em relação às balizas temporais, perfeitamente justificado no limite inferior em função de melhor contextualização e maior compreensão dos acontecimentos subsequentes, sendo que, no outro extremo, nem sempre seria necessário,

havendo contudo um caso, que foi assinalado, em que a pertinência é óbvia dado tratar-se da longevidade do “mais antigo Jornal dos estudantes portugueses” que tem o seu berço no Liceu de Angra; finalmente, uma quarta nota para registar que uma obra de um fôlego como esta e com a relevância que assume, justificava um maior cuidado na revisão do texto até pela inegável importância que estes estudos sobre instituições educativas têm em História da Educação.

*Carlos BEATO*

*Investigador independente*